

## FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE EM DEBATE: diálogos com a BCN-formação

Charle Ferreira Paz<sup>1</sup>  
Amanda Oliveira Rabelo<sup>2</sup>

### RESUMO

Na atualidade as políticas de formação docente estão pautadas na Resolução Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). A Resolução tem centralidade no desenvolvimento de competências e habilidades associadas às práticas pedagógicas como premissas de uma formação de qualidade. Este estudo tem como objetivo analisar os impactos da Resolução Nº 2/2019 para a formação inicial de professores da educação básica. O estudo é de natureza qualitativa e, a estrutura da presente reflexão se baseia em uma análise bibliográfica e documental. Na análise dos impactos é possível observar que, embora, os eixos que norteiam a formação inicial na referida resolução puguem um viés de atualização das políticas de formação, visando atender algumas demandas históricas do campo da formação de professores, por meio de uma reorganização curricular dos cursos de licenciatura, predomina-se um direcionamento para um modelo padronizado. A ênfase no desenvolvimento de competências profissionais caracteriza-se como um modelo técnico instrumental, devido à centralidade no saber fazer, sem enfatizar a reflexão nesse processo. Portanto, discutir e problematizar os impactos das diretrizes atuais de formação inicial de professores se torna imperativo para o momento, dado que a educação é uma prática social constitutiva e constituinte das relações sociais.

**Palavras-chave:** Formação Docente, Políticas de Formação, Competências e Habilidades, Neoliberalismo.

### INTRODUÇÃO

O campo da formação de professores no Brasil é marcado pelas transformações advindas da relação entre sociedade e educação. Contudo, foi a partir dos anos 90 do século XX que as políticas de formação docente ganharam relevo no contexto da globalização.

O processo de globalização ampliou o sistema mundial capitalista, gerando uma agenda neoliberal, vinculada aos processos educacionais em todos os países. Nesse contexto, projetos de formação são construídos globalmente em consonância com as políticas de formação de professores (PACHECO, 2016).

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - (UFRRJ), Membro do Grupo de Pesquisa Inducente. E-mail: [charle.paz@ifpi.edu.br](mailto:charle.paz@ifpi.edu.br).

<sup>2</sup> Professora Associada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), doutora em ciências da educação e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Inducente. E-mail: [amandaorabelo@ufrj.br](mailto:amandaorabelo@ufrj.br).

Partindo desse ideário neoliberal, inicia-se no Brasil uma série de reformas no campo educacional, buscando atender às novas demandas estabelecidas pelo modelo de reestruturação social produtiva, imposto pelo neoliberalismo.

A busca por um projeto de educação articulado ao novo padrão de desenvolvimento mundial e suas implicações na constituição dos processos de formação de professores é objeto de estudo desta pesquisa.

Tomamos como referência a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, e institui a Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica (BNC- Formação).

A Resolução tem centralidade no desenvolvimento de competências associadas às práticas pedagógicas como premissas de uma formação de qualidade. A BNC – Formação estabelece as competências e habilidades profissionais que todos os docentes devem desenvolver. Tais competências e habilidades estão estruturadas em três grandes dimensões: conhecimento, prática e engajamento profissional (BRASIL, 2019).

Temos como objetivo analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, estabelecidas na Resolução CNE/CP nº 2/19, e suas implicações para a formação inicial docente.

Com base nesse objetivo, a pergunta a orientar nosso estudo foi: O que justifica a busca por uma nova profissionalidade docente pautada no discurso do desenvolvimento de competências e habilidades associadas à Resolução CNE/CP nº 2/19?

Na tentativa de responder a este questionamento concentramos nosso estudo em pesquisadores da área da educação como, Freitas (2014), Pacheco (2016), Shiroma e Cunha (2016), Mészáros (2008), dentre outros, que concebem a educação numa dimensão crítica, por conseguinte, a formação de professores.

O estudo é de natureza qualitativa, e está pautado em uma análise bibliográfica e documental de dimensão crítica com ênfase nas discussões sobre as atuais diretrizes de formação inicial docente, com enfoque na Resolução CNE/CP nº 2/19, com base em um modelo dialético de análise, considerando as dimensões da temática.

Os resultados mostram que o modelo de formação docente proposto na BNC- Formação é fortemente marcado por um modelo técnico instrumental, uma vez que o documento pressupõe centralidade no saber fazer, sem enfatizar a reflexão nesse processo, além do direcionamento de um modelo padronizado, de caráter prescritivo, esvaziando o conceito de docência, e a capacidade transformadora da ação do professor.

## **METODOLOGIA**

Toda ação investigativa parte de uma inquietação, de uma problemática contextual a respeito de um determinado fenômeno social que, articulada a conhecimentos cientificamente produzidos e comprovados anteriormente, instiga o pesquisador a buscar respostas para a compreensão das variáveis que compõe tal fenômeno (MINAYO, 1999).

Quanto ao objeto de estudo, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, as pesquisas qualitativas, segundo Minayo (1999) permitem compreender os diferentes significados atribuídos a um mesmo objeto de estudo, possibilitando a interpretação da realidade social que compõe o mesmo.

Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica, que segundo Fonseca (2002, p. 32),

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Desse modo, por meio da análise bibliográfica, o pesquisador faz uso do que já foi produzido a respeito da problemática, para responder seu problema e/ou comprovar suas hipóteses sobre o objeto em estudo, possibilitando a produção de novos conhecimentos sobre o assunto pesquisado.

Visando atender nosso objetivo quanto à questão central de nosso estudo acerca da Resolução CNE/CP nº 2/19 e suas implicações para a formação inicial de professores, adotamos a análise de conteúdo documental, que conforme Franco (2008) é uma das técnicas mais usadas em pesquisas sociais, por permitir captar a subjetividade ideológica presente por trás dos discursos políticos.

Nessa perspectiva, buscamos por meio de um olhar crítico, compreender a dimensão tanto objetiva, quanto subjetiva do objeto de estudo aqui pesquisado, ou seja, a essência, e para captar a essência de acordo com Kosik (2011, p. 12), é necessário “indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde”. Assim, temos como foco captar os pressupostos políticos-ideológicos por trás do discurso das competências e habilidades presentes na Resolução CNE/CP nº 2/19.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) representa uma das maiores transformações na constituição da profissionalização docente no Brasil, ao exigir a formação em nível superior para atuação na educação básica, dando início a um período de grandes mudanças e reestruturações nas políticas de formação docente.

Contudo, é importante ressaltar que essas mudanças na educação brasileira, e mais especificamente, no âmbito das políticas de formação inicial de professores, não ocorrerem de forma isolada, elas resultam do processo de globalização, que provoca em todos os países no mundo, reformas econômicas, políticas e sociais com participação de diversos atores oriundos de todos os segmentos da sociedade.

Shiroma e Cunha (2016) destacam que no campo das políticas de formação docente, as novas configurações econômicas acarretam um processo de ampliação da participação de organizações multilaterais nas orientações curriculares e na definição dos novos padrões de formação dos professores. Nessa perspectiva, a formação de professores tem por finalidade atender às demandas do mercado capitalista, e não as da sociedade, assim, o futuro professor tem sua formação voltada para uma dimensão centrada na lógica produtivista, implantada pelo modelo econômico do neoliberalismo.

No contexto da formação docente com base na ideologia neoliberal, as políticas de formação inicial, de acordo com Santos (2021, p. 169), têm como objetivo principal “formatar um novo professor que se adapte às novas demandas econômicas e sociais, sendo capaz de preparar seus alunos para tais demandas”. Demandas estas que, em consonância com o modelo de reestruturação produtiva, instauram na educação brasileira uma agenda pautada na internacionalização, refletindo os padrões impostos pela globalização.

Esses padrões são fundamentados, conforme assinala Shiroma e Cunha (2016) pela teoria do capital humano com relação direta com a educação e desenvolvimento global. Essa ideologia se tornou deste então, uma marca característica para a implantação de políticas de desenvolvimento que passaram a ser incorporadas às diretrizes e normas para a formação inicial de professores.

Ao analisarmos as novas configurações dos processos de formação de professores, percebemos que as “políticas e práticas de formação de professores sendo associados a padrões de desempenho, qualidade, e eficiência” (PACHECO, 2021, p. 32), com base nesse novo modelo de formação, visam impulsionar a padronização nas instituições formadoras de currículos nos cursos de licenciaturas.

A ideia de padronização de currículos e processos de formação é definida por Mészáros (2008) como uma forma de produção de consenso e conformidade dentro do próprio processo, por meio de limites legais e institucionalmente legitimados e sancionados pelo Estado.

Para Silva (2019) esse modelo de formação tem como fundamento principal o aprender a fazer e aprender a aprender, de modo que os indivíduos busquem constantemente uma adaptação à sociedade regida pelo capital.

Nessa perspectiva, Freitas (2014) assinala que, as iniciativas de formação de professores no âmbito das reformas em consonância com as orientações de organizações internacionais têm por finalidade conformar os professores a uma concepção de condição de subordinação, com caráter meramente instrumental da profissão, em contraposição ao caráter sócio-histórico dos professores como profissionais da educação essenciais para a construção de um projeto educacional emancipador.

Portanto, refletir sobre o atual cenário de formação de professores, tendo por base as atuais Diretrizes de Formação na Resolução N° 2, de 20 de dezembro de 2019, é de suma importância para compreensão de qual modelo de formação está em pauta, bem como a quem esse modelo atende.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na atualidade, no contexto educacional brasileiro, as diretrizes e normas para a formação inicial de professores estão pautadas na Resolução N° 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). O documento apresenta de forma definida as abordagens que nortearão os processos de formação de professores no país.

É importante destacar a parte introdutória da resolução, justificando sua fundamentação, onde há uma menção ao artigo 62 da LDBEN, ressaltando que com base no referido artigo, fica estabelecido que os currículos dos cursos da formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC-Educação Básica), assim, aprendizagens essenciais, previstas na BNCC-Educação Básica, a serem garantidas aos estudantes, para o alcance do seu pleno desenvolvimento, requerem o estabelecimento das pertinentes competências profissionais dos professores (BRASIL, 2019). Considerando esse contexto, a Resolução CNE/CP n° 2/19, se faz necessária.

A Resolução CNE/CP nº 2/19 pressupõe uma formação docente amparada no desenvolvimento, pelo licenciando, de competências e habilidades correspondentes a elas previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, visando à qualidade da educação.

Conforme estabelecido no capítulo III, da Organização Curricular dos Cursos Superiores para a Formação Docente, Art. 7º A organização curricular dos cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, devem estar em consonância com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica (BRASIL, 2019). Desse modo, o licenciando terá que desenvolver um conjunto de competências e habilidades profissionais que os qualificarão para o desenvolvimento de uma prática que visa assegurar os conhecimentos e habilidades essenciais que todo aluno deverá aprender de acordo com a BNCC.

A ênfase nas competências revela o alinhamento da DCNs de formação de professores com a BNCC. Toda a Resolução aponta para a formação de professores que tem como foco principal, saber desenvolver em seus futuros alunos, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, as competências e as habilidades definidas na BNCC. Pode-se depreender disso, que o trabalho do futuro professor será basicamente o de traduzir e ter os atributos necessários para colocar em prática o que já está definido na BNCC (GONÇALVES; MOTA; ANADON, 2020, p. 370).

A centralidade no desenvolvimento de competências e habilidades associadas às práticas pedagógicas como premissas de uma formação de qualidade acaba por esvaziar o sentido da docência, pois o caráter prescritivo do processo de formação docente proposto na Resolução CNE/CP nº 2/19, pode ser caracterizado como um modelo técnico instrumental, devido à centralidade no saber fazer, sem enfatizar a reflexão nesse processo.

Nessa perspectiva, endossamos as palavras de Jinkings (2008, p. 11-12), “o que está em jogo não é apenas a modificação dos processos educacionais – que praticam e agravam o *apartheid social* – mas a reprodução da estrutura de valores que contribui para perpetuar uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil”. O que se questiona, não é fato de que o professor em processo de formação tenha que desenvolver competência e habilidades para sua atuação profissional, mas sim o fato de que tais competências e habilidades, no processo estabelecido pela BNC- Formação não está a priori, de fato relacionada ao contexto em que o aluno está inserido, e sim a uma lógica mercadológica do neoliberalismo, que não tem por objetivo a formação humanística do homem.

Fica claro um divórcio entre as necessidades atuais de formação de profissionais docentes que possam atender às atuais demandas das escolas e um sistema de formação que não oferece possibilidades que os habilite ao trabalho concreto na escola (FREITAS, 2007).

Gatti; Barreto e André (2011), afirma ser necessário se questionar, se os interesses meramente mercadológicos, sobretudo a ideologia político-ideológica por trás do discurso das competências e habilidades na BNC – Formação estão postos acima dos objetivos educacionais declarados pelos órgãos oficiais, para assim, pensarmos o que justifica a busca por esse novo perfil de profissional docente.

A análise crítica do documento nos permite, como base no seu conteúdo, perceber o caráter prescritivo, ao estabelecer de modo ainda que não tão transparente, a ideia de um currículo mínimo, não possibilitando o desenvolvimento de uma consciência crítica do papel social do professor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Resolução CNE/CP nº 2/2019, apesar de pregar um viés de modernidade quanto a atualização das Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores, a guisa de conclusão, a nossa análise nos permite ver um delineamento com os pressupostos políticos-ideológicos do neoliberalismo, uma vez que, o documento expressa uma padronização para a formação de professores alinhada aos pressupostos da BNCC.

Assim, ressaltamos, conforme nossa análise, que o modelo formação docente na proposta da BNC-Formação/19 é fortemente marcado por um modelo técnico instrumental, uma vez que o documento pressupõe centralidade no saber fazer, além do direcionamento de um modelo padronizado, de caráter prescritivo, esvaziando o conceito de docência, e a capacidade transformadora da ação do professor.

Consideramos imprescindível o debate sobre a ideologia das competências e habilidades que norteiam o modelo de formação docente nas atuais diretrizes de formação, dado que esta ideologia tem centralidade em uma adequação ao modelo de reestruturação produtiva regido pelo mercado capitalista, provocando uma alienação, que tem como consequência o expurgo da função social transformadora do professor.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/). Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e



institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 14 jul. 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

FREITAS, H. C. L. de. 30 Anos da Constituição Avanços e retrocessos na formação de professores. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 24, p. 511-527, nov./dez. 2018. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/912> . Acesso em: 8 set. 2023.

FREITAS, H. C. L. de. O Plano Nacional de Educação e a Formação de Professores: contradições e desafios. **Retratos da Escola**, Brasília, Esforce, v. 8, n. 15, p. 427- 446, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/451>. Acesso em: 20 ago. 2023.

GATTI, B. A; BARRETTO, E. S. de S; ANDRÉ, M. E. D. de A. **Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

GATTI, B. A. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. **Educar em Revista**, n. 50, p. 51 – 67, out./dez. 2013, Curitiba: Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/34740> . Acesso em: 10 set. 2023.

GIL, A. C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas.

GONÇALVES, S. da R. V; MOTA, M. R. A; ANADON, S. B. A Resolução CNE/CP n.2/2019 e os retrocesso na formação de professores. **Formação em Movimento**. V. 2, i.2, n. 4, p. 360 – 379, jul/dez. 2020. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/FORMOV/article/view/610>. Acesso em: 10 ago. 2023.

JINKINGS, I. Apresentação. In: MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999. p. 9-29.

PACHECO, J. A. Impacto de políticas transnacionais na escola e no trabalho docente. In: LIBÂNEO, J. C; SUANNO, M. V. R.; LIMONTA, S. V. **Didática e currículo: impactos dos organismos internacionais na escola e no trabalho docente**. Goiânia: Espaço Acadêmico; CEPED Publicações, 2016. p. 29 – 48 Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1GUminJ\\_NzTyQRtL7ph16v1goQ5fOvJ87/view](https://drive.google.com/file/d/1GUminJ_NzTyQRtL7ph16v1goQ5fOvJ87/view) . Acesso em: 20 ago. 2023.



SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SHIROMA, E. O; CUNHA, T. M. Os professores na agenda do banco mundial para a próxima década. In: LIBÂNIO, J. C; SUANNO, M. V. R; LIMONTA, S. V. **Didática e currículo**: impactos dos organismos internacionais na escola e no trabalho docente. Goiânia: Espaço Acadêmico; CEPED Publicações, 2016. p. 131 – 150. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1GUminJ\\_NzTyQRtL7ph16v1goQ5fOvJ87/view](https://drive.google.com/file/d/1GUminJ_NzTyQRtL7ph16v1goQ5fOvJ87/view). Acesso em: 20 ago. 2023.

SILVA, M. A. da. Banco Mundial, Corporações Internacionais e Investidores: Políticas e Formas de Atuação na Educação Básica. In: LIBANÊO, J. C. et al (org). **Em defesa do direito à educação escolar**: didática, currículo e políticas educacionais em debate, 2019. Disponível em: [https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/edipe/artigo\\_02.html](https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/edipe/artigo_02.html). Acesso em 20/02/2021.